



O ENSINO RELIGIOSO NO CRMG E NA BNCC: PERSPECTIVAS DOCENTES SOBRE INCLUSÃO E DIVERSIDADE

Andréa Lafetá de Melo Franco
Universidade Estadual de Montes Claros
andrea.franco@unimontes.br

Eixo: 3 Educação e Diversidade

Palavras-chave: BNCC. CRMG. Ensino Religioso. Interculturalidade. Formação docente

Artigo

Resumo

O presente estudo analisa as percepções de professores de Ensino Religioso acerca das contribuições da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e do Currículo de Referência de Minas Gerais (CRMG) para a promoção da inclusão e do respeito à diversidade cultural e religiosa no contexto escolar. A pesquisa insere-se no campo da Educação e Diversidade ao discutir relações entre currículo, formação docente, interculturalidade e práticas pedagógicas na escola pública. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa qualitativa, fundamentada em revisão bibliográfica e aplicação de questionário on-line a professores de Ensino Religioso da rede estadual de Minas Gerais. Os resultados evidenciam que os docentes reconhecem o potencial do componente curricular para promover práticas educativas mais inclusivas, dialógicas e voltadas ao reconhecimento das diferenças. Entretanto, os participantes também apontam desafios relacionados à formação docente, à permanência de compreensões confessionais acerca do componente curricular e às dificuldades de efetivação das propostas presentes na BNCC e no CRMG no cotidiano escolar. Conclui-se que a consolidação de práticas pedagógicas interculturais no Ensino Religioso depende de processos contínuos de formação, reflexão crítica e fortalecimento da convivência democrática nos espaços educativos.

Introdução

A implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e dos currículos estaduais reacendeu debates em torno do Ensino Religioso nas escolas públicas brasileiras, especialmente no que se refere às suas finalidades pedagógicas, à laicidade do ensino e ao tratamento da diversidade cultural e religiosa no espaço escolar. Nesse contexto, o componente curricular passa a ocupar um lugar tensionado entre diferentes concepções de formação humana, perspectivas curriculares e práticas pedagógicas que atravessam o cotidiano das instituições educativas.

No cenário contemporâneo, marcado pela ampliação das discussões sobre diversidade, direitos humanos e inclusão, o Ensino Religioso é constantemente desafiado a superar práticas centradas em perspectivas confessionais e excludentes, assumindo uma proposta comprometida com o diálogo, o reconhecimento das diferenças e o respeito às distintas formas de pertencimento cultural e religioso. Tal movimento encontra respaldo na própria BNCC (2017), ao propor competências relacionadas à convivência com a diversidade, ao enfrentamento da intolerância religiosa e à valorização da pluralidade de crenças, filosofias de vida e manifestações culturais.



No estado de Minas Gerais, essas orientações também se fazem presentes no Currículo de Referência de Minas Gerais (CRMG), documento que organiza o componente curricular a partir das diretrizes nacionais e reafirma princípios voltados à formação integral, à convivência democrática e à valorização da diversidade. Entretanto, entre aquilo que os documentos curriculares propõem e o que efetivamente se materializa nas práticas escolares, emergem desafios relacionados à formação docente, às compreensões sobre o próprio Ensino Religioso e às condições concretas de implementação de propostas pedagógicas voltadas à inclusão e à interculturalidade.

As discussões em torno da interculturalidade tornam-se particularmente relevantes nesse debate, sobretudo por compreenderem a diferença não como obstáculo ao processo educativo, mas como elemento constitutivo da experiência escolar. Nessa perspectiva, o Ensino Religioso pode contribuir para a construção de práticas pedagógicas que favoreçam o diálogo entre diferentes visões de mundo, reconhecendo as identidades culturais e religiosas presentes no ambiente escolar e problematizando discursos marcados pela intolerância, pelo preconceito e pela exclusão.

É nesse horizonte que se insere o presente estudo, que busca analisar as percepções de professores de Ensino Religioso acerca das contribuições da BNCC e do Currículo de Referência de Minas Gerais para a promoção da inclusão e do respeito à diversidade cultural e religiosa no contexto escolar. A pesquisa insere-se no campo da Educação ao discutir as relações entre currículo, formação docente e práticas pedagógicas, considerando o Ensino Religioso como componente curricular atravessado por disputas epistemológicas, culturais e educativas.

Justificativa e problema da pesquisa

As discussões sobre o Ensino Religioso nas escolas públicas brasileiras evidenciam desafios relacionados à efetivação de propostas curriculares comprometidas com o respeito à diversidade cultural e religiosa. Embora a BNCC e o Currículo de Referência de Minas Gerais (CRMG) defendam princípios voltados à convivência democrática e à valorização das diferenças, persistem tensões relacionadas às práticas pedagógicas e às compreensões acerca do componente curricular.

Além de dialogar com as discussões sobre currículo e diversidade, o estudo apresenta relevância social ao problematizar práticas educativas desenvolvidas na escola pública em um contexto marcado pela pluralidade cultural e religiosa e ao refletir sobre os limites e possibilidades do Ensino Religioso na promoção de práticas inclusivas e interculturais, o artigo busca contribuir para o fortalecimento de uma educação comprometida com o respeito às diferenças e com a construção de espaços escolares mais democráticos.

Diante disso, o estudo busca responder à seguinte questão-problema: Como professores de Ensino Religioso percebem as contribuições e os limites da BNCC e do Currículo de Referência de Minas Gerais para a promoção da inclusão e do respeito à diversidade cultural e religiosa no contexto escolar?

Objetivos da pesquisa

O objetivo geral da pesquisa é analisar as percepções de professores de Ensino Religioso acerca das contribuições da BNCC e do Currículo de Referência de Minas Gerais (CRMG) para



a promoção da inclusão e do respeito à diversidade cultural e religiosa no espaço escolar. Como objetivos específicos, buscamos identificar percepções docentes sobre inclusão e diversidade; analisar desafios relacionados às práticas pedagógicas interculturais no Ensino Religioso; e refletir sobre a importância da formação docente nesse contexto.

Referencial teórico que fundamenta a pesquisa

1 Ensino Religioso, currículo e diversidade

O Ensino Religioso constitui um dos componentes curriculares mais tensionados da educação brasileira, especialmente por envolver debates relacionados à laicidade do Estado, à diversidade religiosa e às diferentes concepções de formação humana presentes no espaço escolar. Ao longo de sua trajetória histórica, o componente foi marcado por disputas entre perspectivas confessionais e propostas voltadas à construção de um ensino fundamentado no diálogo, na pluralidade e no reconhecimento das diferenças culturais e religiosas.

A partir das contribuições de Wolfgang Gruen, especialmente na década de 1970, intensificaram-se reflexões que buscavam diferenciar o Ensino Religioso Escolar da catequese. Para Gruen (1974), o componente não deveria restringir-se à transmissão de doutrinas religiosas ou à defesa de determinada tradição de fé, mas contribuir para uma formação voltada à reflexão sobre o sentido da vida, considerando a experiência humana em sua complexidade e pluralidade. Essa compreensão influenciou diferentes debates posteriores sobre o Ensino Religioso no campo educacional brasileiro.

Nas últimas décadas, documentos normativos como a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN nº 9.394/1996), a Lei nº 9.475/1997 e, mais recentemente, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), passaram a reforçar princípios relacionados ao respeito à diversidade cultural e religiosa e à vedação de práticas proselitistas nas escolas públicas. O Ensino Religioso passa a ser compreendido como componente curricular inserido na área das Ciências Humanas, voltado ao reconhecimento das diferentes tradições religiosas, filosofias de vida e manifestações culturais presentes na sociedade brasileira.

Conforme destaca Reis (2020), não cabe mais às escolas desenvolverem práticas marcadas pelo dogmatismo ou pela catequização no Ensino Religioso. Tal perspectiva exige compreender o componente curricular como espaço de debate, problematização e construção de conhecimentos relacionados à diversidade cultural e religiosa, favorecendo experiências educativas pautadas no respeito às diferenças e na convivência democrática.

Essa discussão também se faz presente no Currículo de Referência de Minas Gerais (CRMG), que organiza o componente a partir das orientações da BNCC e reafirma princípios relacionados à formação integral, à valorização da diversidade e à construção de práticas educativas inclusivas. Baptista e Siqueira (2021) ressaltam que tanto a BNCC quanto o CRMG defendem uma concepção de educação comprometida com o desenvolvimento humano em suas múltiplas dimensões, compreendendo a escola como espaço de aprendizagem, acolhimento e respeito à pluralidade.

Ao problematizar discursos intolerantes e promover reflexões sobre diversidade cultural e religiosa, o componente curricular amplia possibilidades de construção de experiências educativas comprometidas com a cidadania, os direitos humanos e a cultura da paz.



2 Interculturalidade, inclusão e formação humana

A interculturalidade constitui uma perspectiva importante para as discussões educacionais contemporâneas, especialmente por compreender a diversidade como elemento constitutivo dos processos formativos e das relações sociais desenvolvidas no espaço escolar. Diferentemente de abordagens que apenas reconhecem a existência de diferentes culturas, a perspectiva intercultural propõe a construção de relações pautadas no diálogo, na interação e no reconhecimento mútuo entre os sujeitos, problematizando desigualdades, preconceitos e processos históricos de exclusão.

Candau (2014) destaca que a educação intercultural exige superar práticas homogeneizadoras ainda presentes nas instituições escolares, favorecendo experiências educativas capazes de reconhecer as diferenças culturais sem transformá-las em desigualdades. Nesse sentido, a escola passa a ser compreendida como espaço de encontro entre distintas identidades, valores, modos de vida e formas de pertencimento, exigindo práticas pedagógicas comprometidas com o diálogo e com a construção de relações mais democráticas.

No contexto do Ensino Religioso, essa discussão torna-se particularmente relevante, uma vez que o componente curricular lida diretamente com manifestações culturais, tradições religiosas, filosofias de vida e diferentes formas de compreender a existência humana. Assim, pensar o Ensino Religioso na perspectiva intercultural implica reconhecer que as experiências religiosas e culturais dos estudantes fazem parte de suas trajetórias formativas e influenciam suas maneiras de interpretar o mundo e se relacionar com o outro.

A partir da visão de Fornet-Betancourt (2004),

Interculturalidade quer designar, antes aquela postura ou disposição pela qual o ser humano capacita para, e se habitua a viver “suas” referências identitárias em relação com os chamados “outros”, quer dizer compartilhando-as em convivências com eles. Daí que se trata de uma atitude que abre o ser humano e o impulsiona a um processo de reaprendizagem e recolocação cultural do qual nos fazemos culpáveis quando cremos que basta uma cultura, a “própria” para ler e interpretar o mundo (Fornet-Betancourt, 2004, p.13).

Nessa direção, o Ensino Religioso pode contribuir para o enfrentamento de práticas discriminatórias e intolerantes historicamente presentes no ambiente escolar, especialmente quando promove experiências pedagógicas fundamentadas na escuta, no diálogo e no respeito às diferenças. Trata-se de compreender a diversidade cultural e religiosa não como obstáculo ao processo educativo, mas como possibilidade de ampliação das experiências formativas e de fortalecimento da convivência democrática.

Essa perspectiva também dialoga com reflexões desenvolvidas por Paulo Freire (1996), ao defender uma educação fundamentada no diálogo, na humanização e na valorização dos sujeitos em suas experiências concretas de vida. Ao problematizar práticas autoritárias e excludentes, Freire propõe uma educação comprometida com a construção da autonomia, da consciência crítica e do reconhecimento do outro como sujeito histórico. Tal compreensão aproxima-se das discussões interculturais ao defender práticas educativas capazes de acolher as diferenças sem reduzi-las a processos de silenciamento ou padronização.

Mais do que transmitir conteúdos sobre tradições religiosas, o componente curricular pode contribuir para a construção de experiências educativas voltadas ao respeito, à convivência



plural e à formação de sujeitos capazes de dialogar com diferentes visões de mundo em uma sociedade marcada pela diversidade cultural e religiosa.

3 Formação docente e práticas pedagógicas no Ensino Religioso

As discussões sobre inclusão, diversidade e interculturalidade no Ensino Religioso também envolvem reflexões acerca da formação docente e das práticas pedagógicas desenvolvidas no cotidiano escolar. A efetivação de propostas curriculares comprometidas com o diálogo, o respeito às diferenças e a convivência democrática depende, em grande medida, das compreensões construídas pelos professores sobre o próprio componente curricular e sobre sua função educativa na escola pública.

Historicamente, o Ensino Religioso esteve associado a práticas confessionais e catequéticas, o que ainda produz impactos na forma como a disciplina é percebida por parte da comunidade escolar. Nesse cenário, a formação inicial e continuada dos docentes assume papel relevante ao possibilitar reflexões sobre laicidade, diversidade cultural e religiosa, currículo e práticas pedagógicas voltadas à inclusão. Trata-se de favorecer processos formativos capazes de contribuir para a construção de práticas que superem perspectivas excludentes, dogmáticas ou centradas na transmissão de verdades absolutas.

Baptista e Siqueira (2021) destacam que a relação educador-educando no Ensino Religioso deve estar fundamentada em princípios que valorizem a formação humana, o diálogo e o reconhecimento das diferentes experiências culturais e religiosas presentes no ambiente escolar. Tal compreensão aproxima-se das discussões de Paulo Freire (1996), especialmente ao defender práticas pedagógicas dialógicas e problematizadoras, nas quais os estudantes deixam de ocupar uma posição passiva no processo educativo e passam a ser reconhecidos como sujeitos de conhecimento.

Caron e Filho (2020) ressaltam que:

A escola não pode abrir mão de sua função social de socialização do conhecimento socialmente válido em cada momento da história. O Ensino Religioso não é para quem tem religião ou para quem não tem. **O Ensino Religioso é para todos.** Se compreendermos a educação básica como projeto de nação, e seus conhecimentos como fundamentais e indispensáveis a todo cidadão brasileiro, para melhor entendimento e intervenção no mundo, torna-se necessário entender neste contexto o **Ensino Religioso como possibilidade de leitura de um mundo cada vez mais polissêmico** (Caron e Filho, 2020, p. 31, grifos nossos).

Nessa perspectiva, o Ensino Religioso não pode restringir-se à reprodução de conteúdos ou classificações sobre tradições religiosas, mas precisa favorecer experiências pedagógicas que promovam a escuta, a reflexão crítica e o respeito às múltiplas formas de pertencimento. Isso implica reconhecer que os estudantes chegam à escola atravessados por diferentes experiências culturais, religiosas e sociais, que influenciam suas formas de interpretar o mundo e de se relacionar com o outro.

Junqueira e Rodrigues (2013) ressaltam que a formação docente deve contribuir para a constituição de professores pesquisadores de sua própria prática, capazes de problematizar desafios presentes no cotidiano escolar e construir estratégias pedagógicas coerentes com as



demandas contemporâneas da educação. Tal perspectiva torna-se particularmente importante no Ensino Religioso, considerando as tensões que ainda atravessam o componente curricular e as dificuldades enfrentadas por muitos docentes na abordagem de temas relacionados à diversidade religiosa e cultural.

Além da formação docente, a construção de práticas pedagógicas inclusivas também depende de condições institucionais adequadas. Questões como carga horária reduzida, ausência de materiais didáticos e permanência de compreensões equivocadas sobre o componente curricular impactam diretamente o trabalho pedagógico dos professores.

Assim, discutir formação docente e práticas pedagógicas no Ensino Religioso significa refletir sobre possibilidades de construção de experiências educativas comprometidas com a valorização da diversidade, com a cultura do diálogo e com o fortalecimento de uma educação democrática e inclusiva.

Procedimentos metodológicos

A pesquisa foi desenvolvida a partir de uma abordagem qualitativa, por compreender que essa perspectiva possibilita analisar percepções, experiências e significados atribuídos pelos sujeitos às práticas educativas desenvolvidas no contexto escolar. Conforme destaca Flick (2009), a pesquisa qualitativa busca compreender fenômenos sociais em sua complexidade, considerando os contextos culturais e históricos nos quais estão inseridos.

Como procedimento teórico, realizou-se revisão bibliográfica fundamentada em estudos relacionados ao Ensino Religioso, currículo, interculturalidade, inclusão e formação docente, além da análise de documentos normativos, entre eles a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e o Currículo de Referência de Minas Gerais (CRMG).

A produção dos dados empíricos ocorreu por meio da aplicação de questionário on-line, elaborado na plataforma *Google Forms* e encaminhado a professores de Ensino Religioso que atuam no Ensino Fundamental da rede estadual de Minas Gerais. O instrumento foi composto por 19 questões, organizadas com o objetivo de compreender percepções docentes acerca das contribuições e dos limites da BNCC e do CRMG para a promoção da inclusão e do respeito à diversidade cultural e religiosa no contexto escolar.

Neste artigo optamos por não apresentar a análise de todas as questões do questionário, para atender as normas de submissão do evento. Assim, priorizamos aquelas que consideramos que dialogam de forma mais direta com o objetivo central deste estudo.

Participaram da pesquisa 27 professores e professoras de Ensino Religioso que atuam em diferentes municípios mineiros. A escolha pelo questionário *on-line* considerou a abrangência territorial do estado de Minas Gerais e a possibilidade de ampliar o alcance da pesquisa, favorecendo a participação de docentes de diferentes regiões. Todos os respondentes indicaram que possuem graduação em licenciatura, vinte e três com especialização, dois com mestrado concluído na área de Ensino Religioso e dois com mestrado em outras áreas. Os dados revelaram ainda que 48,1% dos participantes têm entre 41 a 50 anos e a maioria são mulheres (dezoito).

Os dados foram organizados e analisados a partir da categorização temática, buscando identificar recorrências, aproximações e desafios presentes nas percepções dos participantes. Para preservar o anonimato dos sujeitos, os respondentes foram identificados pela letra “P”, seguida de numeração correspondente às respostas analisadas.



A pesquisa integra um recorte da investigação desenvolvida no doutorado da autora e foi submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa envolvendo Seres Humanos da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, sendo aprovada sob o CAAE nº 83279024.1.0000.5137 e parecer nº 7.261.263.

Análise dos dados e resultados finais da pesquisa

A análise dos dados evidenciou que os professores participantes reconhecem o potencial do Ensino Religioso para contribuir com a promoção do respeito à diversidade cultural e religiosa no espaço escolar, especialmente quando o componente curricular é desenvolvido a partir de perspectivas não confessionais, dialógicas e inclusivas. As respostas indicam que os docentes associam o Ensino Religioso à construção de valores relacionados ao respeito, à empatia, à convivência e ao reconhecimento das diferenças, compreendendo-o como possibilidade de fortalecimento de práticas educativas mais democráticas.

Uma das participantes destacou que o componente curricular ER contribui para que os estudantes “aprendam a respeitar as diferenças e convivam melhor uns com os outros” (P.6). Outra professora ressaltou que o ER favorece espaços de diálogo sobre “as crenças e experiências culturais trazidas pelos alunos para a escola” (P. 7).

Entre os participantes da pesquisa, tornou-se recorrente a compreensão de que o Ensino Religioso pode favorecer processos de inclusão ao possibilitar espaços de fala, escuta e reconhecimento das experiências culturais e religiosas dos estudantes. Nessa direção, os professores destacaram que o componente curricular contribui para o enfrentamento de preconceitos e práticas discriminatórias ainda presentes no cotidiano escolar, sobretudo quando promove reflexões voltadas ao respeito às diferentes formas de pertencimento religioso e cultural.

As respostas analisadas também revelam uma compreensão ampliada sobre inclusão. Em diferentes momentos, os docentes indicaram que incluir não se restringe apenas à presença de estudantes com deficiência na escola, mas envolve reconhecer e valorizar as múltiplas identidades presentes no ambiente escolar, entre elas as experiências religiosas, culturais e familiares dos estudantes. Essa percepção aproxima-se das discussões interculturais desenvolvidas por Candau (2014), ao compreender a diversidade como elemento constitutivo das relações educativas e não como aspecto secundário do processo formativo.

Outro aspecto recorrente nas falas dos participantes refere-se à necessidade de superação de compreensões equivocadas acerca do Ensino Religioso escolar. Alguns professores destacaram que ainda persistem, no contexto escolar, associações entre o componente curricular e práticas catequéticas ou confessionais, tanto por parte de profissionais da educação quanto das famílias. Tal realidade evidencia que, embora a BNCC e o CRMG defendam uma perspectiva plural e não confessional, sua efetivação no cotidiano escolar ainda ocorre de maneira desigual e atravessada por diferentes tensões. Esse distanciamento entre currículo prescrito e prática escolar evidencia que a consolidação de uma perspectiva intercultural no Ensino Religioso não depende apenas da existência de orientações normativas, mas também das disputas históricas e culturais relacionadas ao componente curricular. Em muitos contextos escolares, permanências confessionais ainda influenciam compreensões sobre o Ensino Religioso, dificultando a construção de práticas efetivamente voltadas ao diálogo e ao reconhecimento da pluralidade religiosa.

Conclui-se que a consolidação de práticas pedagógicas inclusivas no Ensino Religioso depende de processos contínuos de formação, reflexão crítica e fortalecimento do diálogo

intercultural nos espaços educativos.

A autora agradece à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG) pelo apoio à pesquisa que possibilitou o desenvolvimento deste estudo.

Referências

BAPTISTA, Paulo Agostinho. SIQUEIRA, Giseli. O Ensino Religioso, a relação educador-educando e a Base Nacional Comum Curricular – BNCC e o Currículo Referência de Minas Gerais – CRMG. **Revista Pistis Praxis**. 2021. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/pistispraxis/article/view/27879>. Acesso em: 12 jun. 2026.

BRASIL. **Lei nº 9.475, de 22 de julho de 1997.** Dá nova redação ao art. 33 da Lei nº 9.394. de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19475.htm. Acesso em 05 mai. de 2026.

BRASIL. **Lei de diretrizes e bases da educação nacional LEI 9394/96**. Brasília: MEC, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em 05 de mai. de 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. A educação é a base. Brasília, 2017. Disponível em: <https://basenacionalcomum.mec.gov.br/abase/>. Acesso em: 30 de abr. de 2026.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 30 de abr. de 2026.

CANDAU, Vera Maria. **Concepção de educação intercultural**. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio, 2014.

CARON, Lurdes. FILHO, José M. Ensino Religioso: uma história em construção. In: SILVEIRA, Emerson S. da. JUNQUEIRA, Sérgio. Org. **O Ensino Religioso na BNCC: teoria e prática para o Ensino Fundamental**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2020. p. 15 a 38.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. Tradução Joice Elias Costa. 3.ed. Porto Alegre: Artmed, 2009

FORNET-BETANCOURT, Raul. **Religião e interculturalidade**. Curitiba: Editora Sinodal, 2014.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996. – Coleção Leitura.

GRUEN, W. **O Ensino Religioso na escola**. Belo Horizonte: Instituto Central de Filosofia e Teologia –UCMG, 1974.

**XVII CONGRESSO
NACIONAL DE
PESQUISA EM
EDUCAÇÃO**
COPED/2026
09 A 11 DE JUNHO



**EDUCAÇÃO E A CONSTRUÇÃO
DE UM NOVO MUNDO:
UTOPIAS HEIBERLIANAS**



JUNQUEIRA, Sérgio Rogério Azevedo; RODRIGUES, Edile Maria Fracaro. **Formação de professores para o Ensino Religioso no Brasil:** desafios e perspectivas. Curitiba: CRV, 2013.

MINAS GERAIS. Currículo de Referência de Minas Gerais. Disponível em: <https://curriculoreferencia.educacao.mg.gov.br/>. Acesso em 01 de mai. de 2026.

REIS, Marcos Vinícius de Freitas. Diversidade religiosa e cultural e a Base Nacional Comum Curricular. In: SILVEIRA, Emerson S. da; JUNQUEIRA, Sérgio (Orgs.). **O Ensino Religioso na BNCC:** teoria e prática para o Ensino Fundamental. Petrópolis: Vozes, 2020. p. 156-173